

PARECER Nº 28/2022

PROJETO DE LEI Nº 11/2022

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR NETIM ORNELAS

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Donizete Caldeira, o projeto de lei em epígrafe *“dispõe sobre a obrigatoriedade de expedição de receituários médicos e odontológicos digitados em computador”*.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, “r”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 11, de 2022, visa tornar obrigatória a emissão de receituários médicos e odontológicos digitados em computador, nos postos médicos, unidades básicas de saúde do PSF, hospitais, clínicas, consultórios médicos e odontológicos da rede pública ou privada do Município de Arinos.

Em sua justificação, informa o autor que *“não raro, os receituários prescritos por médicos e dentistas são emitidos de forma manuscrita e difícil de ser*

decifrada. Os corriqueiros erros de interpretação das receitas colocam em risco a saúde e a vida dos pacientes”

Em sua análise preliminar, a Comissão de Legislação e Justiça e de Redação concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental, salientando que é vedado ao médico e ao odontólogo receitar, atestar ou emitir laudos de forma ilegível, conforme estabelecem os respectivos Códigos de Ética.

A referida Comissão também destacou que o Código de Defesa do Consumidor estabelece que a oferta de serviços e produtos deve assegurar informações claras, precisas e seguras. Por fim, a Comissão de Legislação e Justiça e de Redação apresentou uma emenda para revogar a Lei Municipal nº 901, de 27 de agosto de 2001, que *“dispõe sobre a emissão de receituários e/ou formulários nas unidades da rede pública integrante do sistema único de saúde de forma legível e dá outras providências”*.

No que tange à competência desta Comissão de Administração Pública, o art. 91, inciso III, alínea “r”, do Regimento Interno, diz que a ela cabe manifestar sobre as atividades médicas.

É bastante comum a reclamação de pacientes em relação a dificuldade em entender o que foi prescrito no receituário médico. A ilegibilidade da letra do médico ou do dentista, muitas vezes, acarreta um equívoco de interpretação, e isso acaba criando um sério risco à saúde do paciente.

O Código de Ética Médica¹, ao tratar da responsabilidade do profissional, prevê, em seu art. 11, que é vedado ao médico “*Receitar, atestar ou emitir laudos de forma secreta ou ilegível (...)*”

Por sua vez, o Código de Ética Odontológica² diz que constitui infração ética “*receitar, atestar, declarar ou emitir laudos, relatórios e pareceres técnicos de forma secreta ou ilegível, (...)*” (art. Art. 18, VII).

Nesse contexto, verifica-se que o projeto de lei em exame está em conformidade com os respectivos códigos de ética, visando garantir aos pacientes clareza e segurança na interpretação das receitas médicas.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2022, com a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2022.

Vereador NETIM ORNELAS
Relator

¹ Resolução CFM 1.931/09 ,

² Resolução CFO 118/12